

Sábado, 10 de Janeiro de 2026

Empresários e advogados são alvos na operação que investiga execução do ex-presidente da OAB-MT

Operação office crime

Redação

A Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa de Cuiabá deflagrou, nesta quinta-feira (28.11), a Operação Office Crime para cumprir cinco mandados de busca e apreensão como parte da investigação sobre o homicídio do advogado Renato Gomes Nery, ocorrido em julho deste ano.

Os mandados são cumpridos em endereços residenciais e escritório de advocacia dos investigados nas cidades de Cuiabá e Primavera do Leste. Os alvos são advogados e empresários.

Os fatos apurados nas investigações da delegacia especializada apontam a disputa de terra como a motivação para o homicídio de Renato Nery.

As medidas cautelares foram expedidas pelo Núcleo de Inquéritos Policiais de Cuiabá (Nipo), após representação dos delegados da DHPP responsáveis pela investigação.

As buscas são um meio de obtenção de provas para apurar a participação dos investigados no crime de homicídio qualificado e organização criminosa contra o advogado.

O nome da operação faz referência a um escritório do crime criado para a execução do crime.

Os delegados à frente do inquérito policial, que está sob sigilo, não se manifestarão à imprensa neste momento, para não atrapalhar o andamento das investigações.



Crime e diligências

Renato Nery tinha 72 anos quando foi morto em 5 de julho deste ano. Ele chegava a seu escritório, localizado na Avenida Fernando Corrêa da Costa, uma das principais vias da capital, quando foi atingido por disparos.

Ele foi socorrido e submetido a uma cirurgia em um hospital privado de Cuiabá, mas não resistiu e foi a óbito horas após o procedimento médico.

Desde a ocorrência do homicídio, a DHPP realizou inúmeras diligências investigativas, com levantamentos técnicos e periciais, a fim de esclarecer a execução do profissional.

No dia 30 de julho, a delegacia especializada cumpriu três mandados de busca e apreensão nas cidades de Guarantã do Norte, Cuiabá e Várzea Grande, com o objetivo de coletar informações que corroboram as investigações.

Em setembro, a DHPP requisitou uma perícia complementar para auxiliar na identificação do executor do crime.